

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Relatório de Atividades

2º trimestre





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS



Avenida Efigênio Sales, nº 1155,
Parque 10
CEP 69060-020
Manaus-AM
Fone: (92) 3301-8158 – Fax: (92)
3642-8882

PRESIDENTE

CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E
SILVA

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA
FILHO

CORREGEDOR

CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA
COSTA JÚNIOR

OUVIDOR

CONSELHEIRO LUCIO ALBERTO DE LIMA
ALBUQUERQUE

**COORDENADOR GERAL DA ESCOLA DE
CONTAS PÚBLICAS**

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA
PINHEIRO

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

CONSELHEIRO ANTONIO JULIO BERNARDO
CABRAL

AUDITORES

YARA AMAZÔNIA LINS R. DOS SANTOS
MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO
TCE-AM**

PROCURADOR-GERAL
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	2
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES.....	3
1. LEGISLAÇÃO.....	4
2. JURISDIÇÃO.....	5
a. Municípios Jurisdicionados.....	5
b. Administração Direta do Estado.....	6
c. Administração Indireta do Estado.....	8
d. Administração Manaus.....	9
i. Administração Direta.....	9
ii. Administração Indireta.....	9
e. Prestação de Contas TCE/AM – 2011.....	10
3. AUTUAÇÕES.....	11
a. Montante de Autuações.....	11
4. CORPO DELIBERATIVO.....	13
a. Tribunal Pleno.....	14
b. 1ª Câmara.....	16
c. 2ª Câmara.....	16
d. Gabinetes de Conselheiros e Auditores.....	17
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL.....	18
6. CORREGEDORIA.....	20
7. OUVIDORIA.....	22
a. Registro de Demandas.....	23
b. Formas de Acesso a Ouvidoria.....	23
c. Formas de Manifestação.....	23
8. CONSULTORIA TÉCNICA E DEPARTAMENTO JURÍDICO.....	24
9. PROMOEX/DEPLAN.....	26
10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS.....	28
11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	33
12. DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO.....	35
13. SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO.....	36
14. ARQUIVAMENTO.....	39
15. CONCLUSÃO.....	40



PALAVRA DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Excelentíssimos Senhores Deputados,

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com previsão e competência definidas na Constituição do Estado, é o órgão que auxilia os Poderes Legislativos Estadual e Municipais no controle externo das Administrações Públicas respectivas (art. 40 e 127), tendo jurisdição em todo o território estadual e sede na capital (art. 43).

No exercício de suas funções, cumpre-lhe encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembleia Legislativa, o relatório de suas atividades, conforme redação do art. 127, § 1º, do diploma legal supracitado, e no art. 141, § 1º, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

Destarte, em respeito ao preceito acima apontado, segue Relatório Sintético das Atividades desta Corte de Contas, relativo à sua atividade fim, exercida pelo seu Corpo Deliberativo (Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras e Conselheiros Julgadores), Secretaria Geral de Administração, Secretaria Geral do Controle Externo, Corregedoria, Ouvidoria e PROMOEX.

É nosso objetivo com a apresentação deste relatório não apenas cumprir a legislação vigente, mas, sobretudo, tornar o processo de controle externo das contas públicas cada vez mais transparente.

Conselheiro ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



MISSÃO

A missão é o objetivo fundamental do TCE-AM, declara efetivamente a razão de sua existência, traduzindo as diretrizes gerais da organização e buscando a satisfação dos interesses e aspirações da sociedade amazonense.

“Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos por meio de ações de orientação e fiscalização em benefício da sociedade amazonense”.

VISÃO DE FUTURO

A visão representa o futuro que o TCE-AM deseja alcançar nos próximos anos e está diretamente relacionado com seus objetivos estratégicos.

“Ser referência como órgão de controle, reconhecido junto à sociedade amazonense pela eficiência de suas ações”.

VALORES

Os valores representam o conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que informam como devem agir no exercício de suas funções no TCE-AM.

EFETIVIDADE – Atuar com foco nos resultados sem prejuízo da qualidade, assegurando o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.

INDEPENDÊNCIA – Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia, com base na legalidade e no interesse público.

COMPROMETIMENTO – Atuar de forma técnica, profissional, competente, responsável, coerente e objetiva no desempenho de suas atividades.

RESPEITABILIDADE – Cumprir seus objetivos institucionais com retidão e transparência para adquirir a confiança dos jurisdicionados, servidores e sociedade.

MORALIDADE – Primar pela probidade, responsabilidade e honestidade em benefício da sociedade



1. LEGISLAÇÃO

O envio do Relatório Trimestral das Atividades do Tribunal de Contas do Estado à Assembleia Legislativa está determinado nos seguintes artigos:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

“Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa.”

LEI ORGÂNICA (LEI N.º 2.423/1996)

“Art. 141 - A fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma definida em seu Regimento.

§ 1º - O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º - No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.”

RESOLUÇÃO N.º 04/2002 - REGIMENTO INTERNO DO TCE

“Art. 318. Os relatórios a que se refere o § 1.º do artigo 141 da Lei n.º 2.423/96 conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal, consoante os critérios determinados em Resolução específica.”



2. JURISDIÇÃO

No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decide sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e das despesas deles decorrentes, procedimentos licitatórios e dos termos de autorização, concessão, cessão, doação, permissão de qualquer natureza a título oneroso ou gratuito, bem como aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

O Tribunal tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Estende-se também aos órgãos, repartições, serviços e pessoas que, fora do território do Estado, completem o seu aparelho administrativo.

MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS

Alvarães	Borba	Ipixuna	Maraã	São Paulo de Olivença
Amaturá	Caapiranga	Irاندوبا	Maués	São Sebastião do Uatumã
Anamã	Canutama	Itacoatiara	Nhamundá	Silves
Anori	Carauari	Itamarati	Nova Olinda do Norte	Tabatinga
Apuí	Careiro	Itapiranga	Novo Airão	Tapauá
Atalaia do Norte	Careiro da Várzea	Japurá	Novo Aripuanã	Tefé
Autazes	Coari	Juruá	Parintins	Tonantins
Barcelos	Codajás	Jutaí	Pauini	Uarini
Barreirinha	Eirunepé	Lábrea	Presidente Figueiredo	Urucará
Benjamin Constant	Envira	Manacapuru	Rio Preto da Eva	Urucurituba
Beruri	Fonte Boa	Manaquiri	Santa Isabel do Rio Negro	-
Boa Vista do Ramos	Guajará	Manaus	Santo Antônio do Içá	-
Boca do Acre	Humaitá	Manicoré	São Gabriel da Cachoeira	-



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

A distribuição dos órgãos, entidades e fundos jurisdictionados no primeiro trimestre de 2012 é demonstrada nos quadros a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

Contas do Governador

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria Geral de Justiça-PGJ

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas-TJ

PODER EXECUTIVO

SECRETARIAS

1	Secretaria de Estado de Art. de Políticas Púb. aos Mov. Soc. e Populares-SEARP
2	Secretaria de Estado de Cultura
3	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC
4	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
5	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ - Coordenadoria de Administração
6	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL
7	Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR
8	Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM
9	Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD
10	Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS
11	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SECT
12	Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINFRA
13	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS
14	Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND
15	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN
16	Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF
17	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
18	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS
19	Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB (Antiga SETRACI)
20	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED
21	Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília
22	Secretaria de Governo - SEGOV
23	Secretaria Executiva Adjunta - SEXAD
24	Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos
25	Secretaria Executiva Cons. de Desenvolvimento Sustentável Reg. Met. Manaus

OUTROS ÓRGÃOS

1	Agência de Comunicação Social - AGECOM
2	Cadeia Pública Desembargador "Raimundo Vidal Pessoa"
3	Casa Civil
4	Casa do Albergado
5	Casa Militar
6	Central de Medicamentos do Amazonas - CEMA
7	Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

8	CGE - Controladoria Geral do Estado
9	Comissão Geral de Licitação - CGL
10	Complexo Penitenciário " Anísio Jobim" - COMPAJ
11	Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas
12	Defensoria Pública do Estado do Amazonas
13	Escritório de Representação do Governo em São Paulo
14	Secretaria Executiva da Vice-Governadoria
15	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
16	Hospital de Isolamento Chapot Prevost
17	Escola Superior da Magistratura do Amazonas
18	Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto
19	Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Leste
20	Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste
21	Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado
22	Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha
23	Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM
24	Maternidade Ana Braga
25	Maternidade Azilda Marreiro
26	Maternidade Balbina Mestrinho
27	Maternidade da Alvorada
28	Maternidade Dona Nazira Daou
29	Ouvidoria Geral do Estado
30	Penitenciária Feminina de Manaus
31	Polícia Civil do Estado do Amazonas
32	Polícia Militar do Estado do Amazonas
33	Policlínica João dos Santos Braga
34	Policlínica Zeno Lanzine
35	Policlínica Gov. Gilberto Mestrinho - PAM CENTRO
36	Posto de Assistência Médico - PAM CODAJÁS - POLICLÍNICA CODAJÁS
37	Procuradoria Geral de Justiça/AM
38	Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
39	Programa Estadual de Proteção e Orientação ao Consumidor - PROCON
40	Pronto Socorro da Criança da Zona Sul
41	SPA Alvorada
42	SPA Coroadó
43	SPA e Hospital Dr. Aristóteles Platão de Araújo
44	SPA Eliameme Mady
45	SPA Joventina Dias
46	SPA e Policlínica Dr. Danilo Corrêa
47	SPA e Policlínica Dr. José Lins de Albuquerque
48	SPA São Raimundo
49	SPA Zona Sul
50	Subcomando de Ações de Defesa Civil
51	Unidade de Gerenciamento do Prog. Social e Amb. dos Igarapés de Manaus - UGPI
52	Unidade Gestora do Projeto da Copa - UGP/COPA
53	Unidade Prisional Puraquequara

FUNDOS

1	Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP/AM
2	Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário - FUNJEAM
3	Fundo de Reserva para Ações de Inteligência
4	Fundo Especial da Defensoria Pública
5	Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus - FERMM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

6	Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - FUNETJ
7	Fundo Estadual Antidrogas - FEAD
8	Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA
9	Fundo Estadual da Saúde - FES
10	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON
11	Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica
12	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
13	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
14	Fundo para Financ. da Modern. Fazendária do Estado do Amazonas - SEFAZ
15	Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO

AUTARQUIAS

1	Agência de Reg. dos Serv. Públ. Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM
2	Agência Amazonense de Des.Cultural - AADC
3	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM
4	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
5	Imprensa Oficial
6	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM
7	Instituto de Pesos e Medidas - IPEM
8	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM
9	Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM
10	Instituto da Mulher "Dona Lindu"
11	Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA
12	Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB

FUNDAÇÕES

1	Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON
2	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM
3	Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia " Alfredo da Matta" - FUAM
4	Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM
5	Fundação de Medicina Tropical "Dr. Heitor Vieira Dourado - FMT/AM
6	Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas
7	Fundação Hospital "Adriano Jorge"
8	Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas - FUNTEC
9	Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA
10	Fundação Vila Olímpica" Danilo de Mattos Areosa" - FVO

EMPRESAS E OUTROS

1	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS
2	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS - destaque
3	Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM
4	Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - AADES
5	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA
6	Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS
7	Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA - destaque
8	Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA
9	Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR
10	Processamento de Dados do Amazonas S/A - PRODAM
11	Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

FUNDOS

1	Fundo Estadual de Habitação - FEH
2	Fundo de Promoção Social
3	Fundo de Previdência do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

ADMINISTRAÇÃO MANAUS

Prefeitura Municipal de Manaus

Câmara Municipal de Manaus

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1	Gabinete Civil
2	Gabinete do Vice-Prefeito
3	Controladoria Geral do Município - CGM
4	Gabinete Militar
5	Procuradoria Geral do Município
6	Recursos Supervisionados pela SEMEF - RECSUP
7	Programa de Des. Urbano e Inclusão Socio-Ambiental de Manaus - PROURBIS
8	Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal - PNAFM
9	Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT
10	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH
11	Secretaria Municipal de Assuntos Federativos - SEMAF
12	Secretaria Municipal de Projetos Especiais e Gestão Tecnológica - SEMTEC
13	Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM
14	Secretaria Municipal de Educação - SEMED
15	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer - SEMDEJ
16	Secretaria Municipal de Juventude - SEMJE
17	Secretaria Municipal de Finanças - SEMEF
18	Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV
19	Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF
20	Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP
21	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS
22	Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
23	Recursos Supervisionados pela SEMAD
24	Secretaria Municipal de Administração e Coordenação dos Bairros - SEMAC
25	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento - SEMPAB
26	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD
27	Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1	Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas
2	Fundação Municipal de Cultura e Artes - MANAUSCULT
3	Fundação Escola de Serviço Público Municipal
4	Fundação Municipal de Eventos e Turismo - MANAUSTUR
5	Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB
6	Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU
7	Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS
8	Serviço de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos - MANAUSMED



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

FUNDOS

1	Fundo Municipal de Apoio a Pessoa com Deficiência - F.M.A.P.D
2	Fundo Municipal de Assistência Social - F.M.A.S
3	Fundo Municipal de Cultura - FMC
4	Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - F.M.D.M.A
5	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - F.M.D.U
6	Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - F.M.D.C.A
7	Fundo Municipal de Direitos Humanos - F.M.D.H
8	Fundo Municipal de Habitação - FMH
9	Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa - FUMIPEQ
10	Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - FUMPATRI
11	Fundo Municipal de Saúde
12	Fundo Municipal de Direito do Idoso - FMDI
13	Fundo de Manunt. E Desenv. Da Edu. Básica e de Val. Dos Prof. Da Educ. FUNDEB
14	Fundo Único de Previdência do Município de Manaus - MANAUSPREV

Prestações de Contas TCE- 2011 COMPARATIVO COM O ANO DE 2010

Tipo	Ano	Quantidade	ADIMPLENTES	INADIMPLENTES
Município	2011	62	39	23
	2010		30	32
Câmara Municipal	2011	62	54	8
	2010		44	18
Administração Direta Manaus	2011	27	27	0
	2010	22	22	0
Administração Indireta Manaus	2011	8	8	0
	2010	8	8	0
Fundos Manaus	2011	14	14	0
	2010	13	13	0
Administração Direta Amazonas	2011	29	29	0
	2010	27	26	1
Outros órgãos da Administração Direta do Estado	2011	51	49	2
	2010	52	51	1
Fundos Amazonas	2011	16	15	1
	2010	16	16	0
Administração Indireta do Estado	2011	32	32	0
	2010	31	31	0
Administração Indireta do Interior	2011	26	22	4
	2010	25	19	6
Fundos do Interior	2011	9	8	1
	2010	9	6	3
TOTAL	2011	336	297 (88%) ↑	39 (12%) ↓
	2010	327	266 (81%)	61 (19%)



3. AUTUAÇÕES

A organização e o andamento dos processos têm início na Divisão de Expediente e Protocolo (DIEPRO) com a sua instauração, mediante protocolização e autuação, seguindo as regras estabelecidas no Regimento Interno.

A DIEPRO tem, ainda, sob sua responsabilidade, o controle inicial de toda documentação encaminhada a este Tribunal, como:

- Recebimento interno e externo de documentos, de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 001/97 de 22.04.97;
- Registros;
- Autuações;
- Capeamentos e numeração de Processos;
- Tramitação dos processos aos setores competentes;
- Informação dos Processos aos setores;
- Declaração de entrada de documentos.

No 2º trimestre de 2012, foram autuados **1.986** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIEPRO 1º TRIMESTRE – 2012

MONTANTE DE AUTUAÇÕES	
NATUREZA	TOTAL DE PROCESSOS AUTUADOS
Aditivo de Convênio	1
Administrativo	206
Admissão de Pessoal	36
Aposentadoria	568
Auditoria Ambiental	2
Auditoria de Gestão Fiscal	1
Auditoria Operacional	1
Cobrança Executiva	121
Contrato	2
Consulta	6



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

Denúncia	11
Devolução de Caução	4
Exposição de Motivos	21
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Informação à Parte e ao Terceiro interessado	1
Informação Complementar à Prestação de Contas	1
Informação Geral	1
Inspeção Extraordinária	1
Pensão	171
Prestação de Contas Anuais	71
Prestação de Contas de Convênios	332
Projeto de Resolução / Instrução Normativa	5
Proposta	1
Recurso	249
Reforma	21
Representação	67
Retificação/Revisão de Aposentadoria e Reforma	1
Solicitação	3
Termo de Cooperação	1
Tomada de Contas	2
Tomada de Contas de Convênio	10
Tomadas de Contas Especial de Convênio	1
Transferência	65
TOTAL	1986

Fonte: Relatório de Sistema de Controle de Processos – SCP de autuações por local e período (01/04 a 31/06/2012).



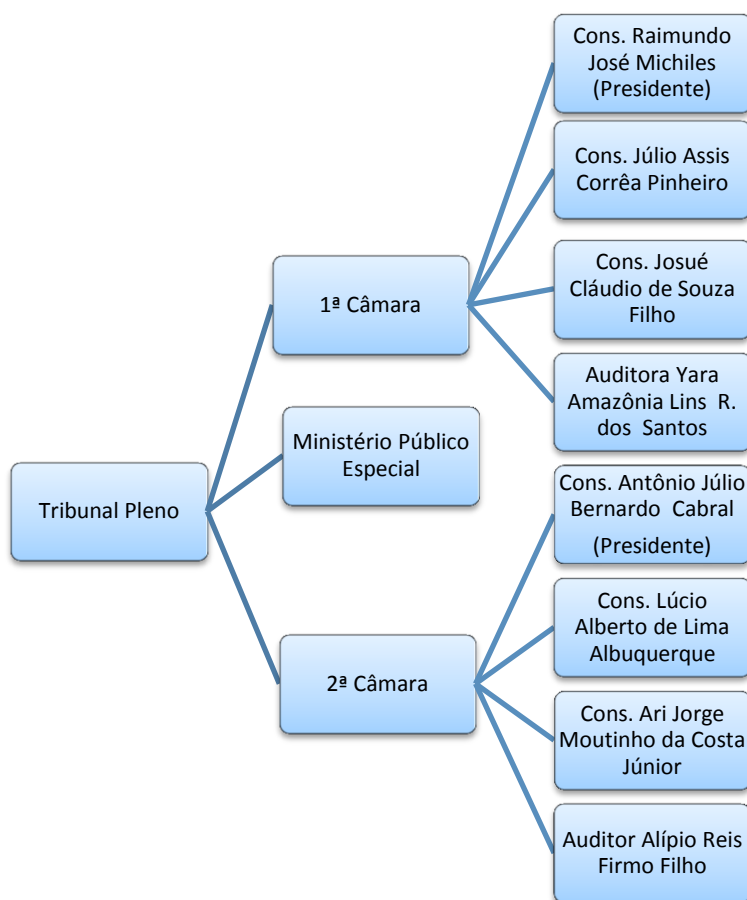
4. CORPO DELIBERATIVO

O Corpo Deliberativo do TCE é composto do Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras e Conselheiros Julgadores.

O Tribunal Pleno e as duas Câmaras reúnem-se semanalmente em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias, sempre com a presença de um representante do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A 1ª Câmara é composta pelos Conselheiros Raimundo José Michiles (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e a Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

A 2ª Câmara é composta pelos Conselheiros Antônio Júlio Bernardo Cabral (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e os Auditores Mario José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho.



O Auditor Mário José de Moraes da Costa Filho atua perante a Corregedoria-Geral do Tribunal.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

Os quadros a seguir apresentam os Relatórios de Atividades do Tribunal Pleno, da 1ª e 2ª Câmaras.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO
2º TRIMESTRE – 2012

PROCESSOS <u>DISTRIBUÍDOS</u> POR CONSELHEIROS E ESPECIFICADOS POR ASSUNTO										
ASSUNTO	CONS. LUCIO ALBUQUERQUE	CONS. JULIO CABRAL	CONS. RAIMUNDO MICHILES	CONS. JULIO PINHEIRO	CONS. JOSUÉ FILHO	CONS. ARI MOUTINHO	AUDITORA YARA LINS	AUDITOR MARIO COSTA FILHO	AUDITOR ALÍPIO FIRMO FILHO	TOTAL
Prestação de Contas	9	2	14	3	8	10	18	7	11	82
Recurso	25	27	40	18	25	19	28	32	44	258
Denúncia	4	3	3	1	-	4	3	2	1	21
Representação	3	4	3	5	2	9	2	3	6	37
Consulta	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Embargos	1	-	4	-	-	-	-	1	-	6
Tomada de Contas	-	1	1	-	-	-	-	-	1	3
Aditivos	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Dev. De Caução	-	-	1	4	-	-	-	-	-	5
Cobrança Executiva	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Incid. De Inconst.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Súmula	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Precatório	-	-	-	-	-	-	2	-	1	3
Inadimplência	-	-	-	-	-	2	3	1	-	6
Concurso Público	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Solicitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	42	38	67	32	35	44	60	47	65	430

Fonte: SECPLENO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO
2º TRIMESTRE – 2012

PROCESSOS JULGADOS POR CONSELHEIROS E ESPECIFICADOS POR ASSUNTO										
ASSUNTO	CONS. LUCIO ALBUQUERQUE	CONS. JULIO CABRAL	CONS. RAIMUNDO MICHILES	CONS. JULIO PINHEIRO	CONS. JOSUÉ FILHO	CONS. ARI MOUTINHO	AUDITORA YARA LINS	AUDITOR MARIO COSTA FILHO	AUDITOR ALÍPIO FILHO	TOTAL
Prestação de Contas	7	5	15	5	16	14	18	13	15	108
Recurso	34	27	44	11	31	14	31	30	47	269
Denúncia	5	2	3	-	-	3	3	1	1	18
Representação	3	5	2	4	2	7	1	5	7	36
Consulta	2	-	-	1	-	-	-	2	-	5
Tomada de Contas	-	1	-	-	-	-	-	-	2	3
Inadimplência	-	2	1	1	-	3	1	3	-	11
Aditivos	-	-	-	1	-	-	3	-	-	4
Dev. De Caução	-	-	4	2	-	-	-	1	-	7
Aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Embargos de Declaração	1	-	4	-	-	-	1	-	-	6
Incidente de Inconst.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Precatório	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Transmissão de Cargo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Concurso Público	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Solicitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	52	43	74	25	49	41	59	57	75	475

Fonte: SECPLENO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

Cons. Presidente ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Processos Administrativos apreciados em Sessão	42	26	26	94

Fonte: SECPLENO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª CÂMARA 2º TRIMESTRE – 2012

2ª Câmara	CONS. RAIMUNDO MICHILES			CONS. JULIO PINHEIRO			CONS. JOSUÉ FILHO			AUDITORA YARA LINS (Relatora + Substituta)			AUDITOR ALÍPIO FILHO (Relator Convocado)		
	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend
Admissão de Pessoal	1	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1
Aposentadoria	25	4	18	32	-	11	23	-	5	56	1	18	1	-	-
Retificação de Aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão	8	6	3	5	-	-	5	-	-	7	2	2	-	-	-
Prestação de contas de convênios	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Transf. p/ reserva remunerada	1	3	-	-	-	-	-	2	-	1	2	-	-	-	-
TOTAL DE JULGADOS	(70 + 11 Arquivamentos + 3 votos vistas + 5 em diligência) 89			(48 + 1 arquivamento) 49			(35 + 1 arquivamento) 36			(89 + 8 arquivamentos + 5 Multas) 102			3		

Fonte: DEPRIM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 2ª CÂMARA 2º TRIMESTRE – 2012

2ª Câmara	CONS. JULIO CABRAL			CONS. LUCIO ALBUQUERQUE			CONS. ARI MOUTINHO			AUDITOR MARIO COSTA FILHO (Relator + Substituto)			AUDITOR ALÍPIO FILHO (Relator + Substituto)		
	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend	legais	ilegais	Legal C/ recomend
Admissão de Pessoal	-	6	-	-	1	-	-	3	-	1	9	-	1	2	-
Aposentadoria	48	5	17	26	-	18	39	5	-	11	1	1	28	2	1
Tomada de Contas de Convênio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retificação de Aposentadoria	2	-	1	4	-	-	3	-	-	4	-	-	1	-	-
Reforma	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Pensão	11	-	2	6	-	-	13	5	-	6	2	-	15	-	-
Prestação de contas de convênios	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. p/ reserva remunerada	1	2	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	5	-	-
TOTAL DE JULGADOS	(96 + 2 arquivamentos + 4 concessões de prazo + 1 multa) 103			(60 + 2 arquivamentos + 1 Multa + 1 arg. de inconstitucionalidade) 64			(71 + 2 arquivamentos + 1 inclusão na aposentadoria) 73			(35 + 3 arquivamentos + 2 concessões de prazo) 40			(56 + 2 arquivamentos) 58		

Fonte: DESEG



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES										
SETOR	REMANESCENTES DO TRIMESTRE ANTERIOR	ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL DE ENTRADAS E SAÍDAS		PENDENTE PARA O PRÓXIMO TRIMESTRE
		ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	
CONSELHEIRO LUCIO ALBUQUERQUE	118	179	124	173	294	114	36	466	454	143
CONSELHEIRO JULIO CABRAL	504	193	162	535	277	137	194	865	633	347
CONSELHEIRO RAIMUNDO MICHILES	870	243	276	1.125	300	212	302	1.580	878	961
CONSELHEIRO JULIO PINHEIRO	121	195	124	192	192	114	119	501	435	122
CONSELHEIRO JOSUÉ FILHO	12	232	206	38	109	143	170	413	485	4
CONSELHEIRO ARI MOUTINHO	309	165	220	254	198	100	128	519	546	169
AUDITORA YARA LINS	235	314	349	200	480	280	153	794	982	201
AUDITOR MARIO COSTA FILHO	192	130	110	212	279	404	290	746	679	295
AUDITOR ALÍPIO FIRMO FILHO	220	213	182	251	244	116	170	580	596	88
TOTAL DE ENTRADAS		1.864		2.980		1.620		6.464		
TOTAL DE SAÍDAS			1.753		2.373		1.562		5.688	
TOTAL DE REMANES. DO PRÍODO PASSADO	2.581									
TOTAL DE PENDENTES PARA O PRÓXIMO PERÍODO										2.330

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS E AUDITORES	
TOTAL DE REMANESCENTES TRIMESTRE ANTERIOR	2.581
TOTAL DE ENTRADAS	6.464
TOTAL DE SAÍDAS	5.688
TOTAL DE PENDENTES PARA O TRIMESTRE POSTERIOR	2.330



5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas é um Ministério Público Especial, portanto, órgão distinto dos demais Ministérios Públicos abrangidos pelo art. 128 da Constituição da República.

O art. 130 da Carta Magna concebeu o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas como um órgão especial, mas concedeu a ele os mesmos direitos, vedações e forma de investidura, relativos ao Ministério Público Comum.

Aliás, a natureza *sui generis* do Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas correlaciona-se diretamente com o caráter também especial e de instituição independente (dos poderes constituídos) atribuído aos Tribunais de Contas pela Constituição Federal em seus arts. 70 a 75.

Ao Ministério Público Especial junto aos Tribunais de Contas compete promover, no âmbito da jurisdição da Corte de Contas, a defesa da ordem jurídica, visando, como órgão da lei e fiscal de sua execução, assegurar a observância dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pela Administração Pública.

Sua Chefia cabe ao Procurador-Geral de Contas, nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos. A competência do Ministério Público Especial está prevista nos artigos 113 e 114 da Lei n. 2423/96.

Composição:



Carlos Alberto Souza de Almeida (Procurador-Geral)

Evanildo Santana Bragança

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Elizângela Lima Costa Marinho

João Barroso de Souza

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire de Menezes



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS PROCURADORES DO MPE
1º TRIMESTRE - 2012

Procurador	Processos Remanescentes do Mês Anterior	Processos Recebidos no Trimestre		Parecer	Outras Manifestações	Sem Manifestação	Total	Processos Pendentes de Manifestação nos Gabinetes
		Dist	Ret					
Carlos Alberto Souza de Almeida	0	14	56	23	23	24	70	0
Evanildo Santana Bragança	0	239	190	142	55	159	356	73
Fernanda C. Veiga Mendonça	11	237	130	146	44	138	328	50
Evelyn F. de C. L. Pareja	0	238	132	203	16	139	358	12
Ademir Carvalho Pinheiro	102	243	207	243	13	233	489	63
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva	40	253	54	192	18	115	325	22
Elizângela Lima C. Marinho	25	240	107	142	32	155	329	43
João Barroso de Souza	0	241	94	133	26	146	305	30
Ruy Marcelo A. de Mendonça	7	240	88	151	31	135	317	18
Elissandra M. F. Menezes	5	214	91	92	79	128	299	11
TOTAL	190	3308	1467	1467	337	1372	3176	322

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MPE
1º TRIMESTRE DE 2012

PEÇAS ORIGINÁRIAS				
Recursos	Representação		Requisição	Outros
10	INT	EXT	42	20
	37	3		
112				

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas



6. CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral objetiva proceder ao acompanhamento, avaliação e fiscalização da atuação do TCE/AM e do cumprimento de suas deliberações, assim como do desempenho, postura, comportamento ético, produção e produtividade dos seus diversos setores e servidores, conforme disposto no artigo 32 da Resolução n. 04, de 05 de maio de 2002.

As funções da Corregedoria-Geral são exercidas pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Junior, eleito Conselheiro Corregedor-Geral para o biênio 2012/2013.

Entrada / Saída de Documentos		Abril	Maio	Junho
Local de Origem	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade
CONSULTEC	Relatório de Atividades	1	1	1
	Entrada de Processos	7	16	5
	Entrada de Ofícios – Câmaras Municipais	3	6	6
	Informações em Quorum	1	3	1
	Relatório Conclusivo	-	-	-
	Informações diversas	1	2	1
	Anteprojeto de Resolução	-	3	3
	Informação em Termo de Cooperação	1	-	-
	Exposição de Motivos	-	2	3
	Informação de Resolução	2	3	3
CPP	Elaboração de Súmula	-	-	-
	Relatório de Atividades	1	1	1
DIDOC	Processos sob a Responsabilidade	1	1	1
	Relatório de Produtividade	-	-	-
DIARQ	Relatório de Produtividade	1	1	1
	Total de Processos Arquivados	616	554	203
	Total de Processos Requisitados	48	84	41
	Total de Consultas no Arquivo	2.615	2.600	2.161
DISA	Total de Atestados	144	154	131
	Total de Consultas	298	390	304
	Total de Medicação	88	119	85
	Total ECG	5	2	9
	Total de Aferição de P.A.	36	37	34
	Total de Medicação de Glicemia	4	10	6
	Total de Aplicação de Medicamento injetável	6	21	4
	Total de Curativos	10	14	4
DIMAN	Análise de Atestado Externo	107	105	99
	Relatório de Atividades	1	1	1
DICREX	Arquivo	442	455	558
	Certidão	22	23	13
	Citação	18	31	29
	Cobrança Executiva Autuada	51	49	21
	Editais de Notificação	-	2	4
	Informação nova	23	48	35
	Recolhimento de Multa	R\$		
		R\$ 42.882,75	R\$ 42.451,43	R\$ 80.712,00



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

	Multas Aplicadas	R\$ 565.441,00	R\$ 267.247,55	R\$ 134.528,57
	Registro de Decisão/Revisão	603	138	308
	Termo de Quitação	11	17	9
	Termo de Remessa	43	33	15
DIDONT	Relatório de Produtividade	1	1	1
DIPRIM	Sessões Ordinárias	2	2	1
	Sessões Extraordinárias	-	-	-
	Sessões Especiais	-	-	-
	Processos Recebidos	646	422	699
	Processos Encaminhados	619	443	493
	Processos Distribuídos	154	26	68
	Processos Julgados	107	68	101
	Processos Sobrestados	76	76	68
	Processos Sobrestados aguardando recurso da PGE	24	24	12
	Extrato de Decisões	318	-	129
	Extrato de Decisões – Aguardando Publicação no DOE	280	348	448
	Edital	2	3	4
DESEG	Processos Recebidos	394	612	532
	Processos Encaminhados	382	234	306
	Processos Distribuídos	194	59	63
	Processos Julgados	142	142	75
	Ata	2	2	1
	Extrato/Ata	2	2	1
	Ofícios Encaminhados	92	44	38
	Memorandos Expedidos	24	14	12
	Processos Permanecidos/Sobrestados	75	79	98
	Processos Publicados no DOE	131	227	290
	Processos Aguardando Publicação	667	713	423
	Relatório de Produtividade	1	1	1
DJUR	Relatório de Atividades	1	1	1
	Processos Recebidos	41	109	43
	Manifestações expedidas	-	-	-
	Parecer	33	56	35
	Diligência	2	1	1
	Despacho	-	-	-
	Informação / Mandado de Segurança	-	1	-
	Processos sem Manifestação	20	7	1
SEGER	Relatório de Produtividade	1	1	1
	Total de Movimentação de Correspondência	323	374	403
	Total de Movimentação Diversa	35	48	43



7. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM, criada através da Resolução N.º 02 de 09 de fevereiro de 2006, é o canal de comunicação de rápido e fácil acesso entre o Tribunal, a sociedade e demais interessados.

Objetivos principais:

- Ampliar o controle social das atividades desenvolvidas pelo TCE-AM;
- Fortalecer a cidadania e a democracia participativa;
- Ser um canal de comunicação e fácil acesso a informação em relação aos anseios e sugestões dos cidadãos-usuários;
- Oferecer insumos para as auditorias realizadas pelo TCE – AM.

A Ouvidoria do TCE-AM é um serviço de participação social, disponível ao cidadão, para que este possa oferecer denúncias, críticas, sugestões e/ou até elogios às atividades desenvolvidas pelo TCE-AM e jurisdicionados; contribuindo dessa forma para o fortalecimento da cidadania, democracia participativa e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Está disponível a toda Sociedade Amazonense, tanto na capital, quanto ao mais longínquo interior do Estado, bem como aqueles que mesmo fora do Estado detenham informações que forneçam insumos as auditorias do TCE-AM ou procurem informações pertinente as suas atribuições. Os meios de entrada são os mais diversos, cartas, e-mails, telefones, pessoalmente, ou pelo próprio endereço eletrônico do Tribunal, tudo de forma a facilitar a participação popular.

Assim sendo, a legitimidade para propor tais ações no TCE-AM fica clara em seu Regimento Interno, que assim dispõe no art. 279, in verbis:

“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma da lei denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, sobre administradores e demais responsáveis por dinheiro público estaduais e municipais.” (grifo nosso).”



**REGISTRO DE DEMANDAS**

Quadro comparativo de demandas recebidas, encerradas, aguardando verificação "in loco" e que resultaram em processos durante o 2º trimestre de 2012:

2º Trimestre de 2012	Abril	Maio	Junho	2º Trimestre	%
Demandas Encerradas	35	20	7	62	56%
Demandas Aguardando Verificação "in loco"	24	2	1	27	24%
Demandas Aguardando Resposta	4	6	12	22	20%
Demandas que Resultaram em Processos	-	-	-	-	-
Total de Demandas Computadas	63	28	20	111	100%

FORMAS DE ACESSO À OUVIDORIA

Quadro comparativo dos meios de acesso à Ouvidoria utilizados pelos usuários durante o 2º trimestre de 2012:

2º Trimestre de 2012	Abril	Maio	Junho	2º Trimestre	%
Site	25	23	11	59	53%
Email	4	-	1	5	5%
Telefone	8	3	4	15	14%
Atendimento Pessoal	-	1	1	2	2%
Caixa de Sugestão	26	-	3	29	26%
Correspondência	-	1	-	1	1%
Total Geral	63	28	20	111	100%

FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Quadro comparativo das formas de manifestação que ocorreram no 2º trimestre de 2012:

2º Trimestre de 2012	Abril	Maio	Junho	2º Trimestre	%
Comunicação de Irregularidade	47	21	14	82	74%
Elogio	1	1	-	2	2%
Informação	4	5	3	12	11%
Mídia	-	-	-	-	0%
Reclamação	8	1	3	12	11%
Sugestão	3	-	-	-	3%
Total Geral	63	28	20	111	100%

As funções da Ouvidoria são exercidas pelo Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, eleito Conselheiro Ouvidor-Geral para o Biênio 2012/2013.



8. CONSULTORIA TÉCNICA E DEPARTAMENTO JURÍDICO

A Diretoria da Consultoria Técnica (CONSULTEC), instituída nos termos da Lei 3.138, de 28 de junho de 2007, subordina-se hierarquicamente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado e recebe apoio administrativo da Secretaria Geral de Administração.

A CONSULTEC tem como finalidade emitir relatórios, laudos técnicos, pareceres ou informações, sobre questões submetidas a seu exame em assuntos de natureza jurídica, bem como, executar outras atribuições determinadas pelo Conselheiro Presidente ou pelo Tribunal Pleno; assistir e assessorar o Presidente, os Conselheiros, os Auditores e demais setores do Tribunal nas matérias de sua competência.

A Diretoria do Departamento Jurídico (DJUR) é subordinado à CONSULTEC e cumpre a função de dar assessoria técnica à Presidência em todos os processos administrativos cujo relator é o Conselheiro Presidente, e, também, de emitir pareceres, nos quais aprecia a legalidade e a possibilidade jurídica de atendimento do pedido, antes de ser submetido a julgamento pelo Colendo Tribunal Pleno.

Afora os pareceres, diligências são formuladas com a finalidade melhor instruir os autos e atender às determinações legais impostas pela legislação quanto à instrução dos processos.

A DJUR atua no acompanhamento de ações judiciais, em nome desta Corte de Contas, que estão em trâmite no Poder Judiciário, em nome da Corte de Contas e auxilia, ainda, a Secretaria Geral de Administração na elaboração dos termos de obrigações, contratos e convênios firmados pelo Tribunal, e sempre que solicitado, na elaboração dos atos normativos desta Corte.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CONSULTEC 2º TRIMESTRE – 2012

PROCESSOS	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Entrada de Processos	7	16	5	28
Entrada de Ofícios – Câmaras Municipais	3	6	6	15
Informações em Quorum	1	3	1	5
Relatório Conclusivo	-	-	-	-
Informações diversas	1	2	1	4
Anteprojeto de Resolução	-	3	3	6
Termo de Cooperação	2	-	-	2
Exposição de Motivos	-	2	3	5
Informação de Resolução	2	3	3	8
Elaboração de Súmula	-	-	-	-

Fonte: CONSULTEC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DJUR 2º TRIMESTRE - 2012

ADMINISTRATIVO				
PROCESSOS	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Processos Recebidos	41	109	43	193
Saída de Parecer	33	56	35	124
Diligência	2	1	1	4
Despacho	-	-	2	2
Informação / Mandado de Segurança	-	1	-	1
Processos sem Manifestação	20	7	1	28

Fonte: DJUR



9. PROMOEX / DEPLAN

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios - PROMOEX tem como objetivo a modernização e o fortalecimento institucional do sistema de controle externo no âmbito dos estados e municípios brasileiros, de forma a garantir a sua integração nacional e aumentar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, contribuindo para a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais, em benefício da sociedade.

O PROMOEX, como programa de ação permanente, estabelece, em sua primeira fase, as principais linhas de ação: portal dos Tribunais de Contas; compartilhamento de controles informatizados sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outros pontos de controle; comunicação institucional e integração com a sociedade; definição de parâmetros consensuais sobre a atuação dos Tribunais em áreas específicas e capacitação em Auditoria Operacional. Portanto, a estratégia adotada na condução das ações é definida em três grandes direções: pessoas, processos e tecnologia.

O Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) tem como atribuições, entre outras, coordenar e articular o processo do Planejamento Estratégico com a formulação de planos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal; desenvolver ações para a melhoria da qualidade das metodologias utilizadas nos planejamentos globais e setoriais do Tribunal; promover a avaliação sistemática dos planos e sua integração com as diretrizes do Tribunal; acompanhar o desenvolvimento dos planos e das metas das unidades do Tribunal.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROMOEX/DEPLAN 2º TRIMESTRE - 2011

ATIVIDADES
1. Reunião com setores com a finalidade de esclarecer dúvidas referentes ao modelos dos Planos de Ação;
2. Alimentação dos Planos de Ação recebidos na Planilha de Controle;
3. Distribuição dos banners do Planejamento Estratégico nas dependências deste Tribunal;
4. Reuniões com a equipe do DEPLAN para definição de novas atividades a serem desenvolvidas;
5. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste tribunal referente ao mês de abril de 2012, para alimentação do SPLAN;
6. Seleção dos e dúvidas para utilização do software Channel que deveriam ser previamente encaminhados ao Grupo de Planejamento, para solução durante a Oficina de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos com uso do Software Channel;
7. Participação da equipe na apresentação e treinamento do sistema Férias Online;
8. Participação na Oficina de gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos com uso do Software Channel, realizada no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o GPLAN-PROMOEX;
9. Alimentação do Planejamento Estratégico no Software Channel;
10. Reuniões com a equipe da DEPLAN e representantes da DTIN para definição das novas etapas a serem cumpridas para o monitoramento do Planejamento Estratégico;
11. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste tribunal referente ao mês de maio de 2012, para alimentação do SPLAN;
12. Contato com a Empresa JExpert para tratar da contratação de instrutores a fim de serem ministrados treinamentos em BSC e Gerenciamento de Projetos.
13. Treinamento da equipe para inserção dos Planos de Ação no software Channel;
14. Participação do Projeto “Vivendo TCE”, nas Escolas Municipais de Manaus;
15. Reunião da equipe do DEPLAN e representantes do Comitê da ISSO e DTIN com a finalidade de serem definidos os Objetivos Estratégicos que serão monitorados no Channel;
16. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste tribunal referente ao mês de junho de 2012, para alimentação do SPLAN;
17. Participação no Projeto “Vivendo TCE/2012” na Escola Municipal Dep. Ulisses Guimarães em 13/06/12;
18. Participação no Projeto “Vivendo TCE/2012” na Escola Municipal Dr. Aristóphanes Bezerra de Castro em 14/06/12;
19. Participação no Projeto “Vivendo TCE/2012” na Escola Municipal Dr. João Queiroz em 19/06/12;

Fonte: PROMOEX/DEPLAN



10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS



A Escola de Contas Públicas do Tribunal

de Contas do Estado do Amazonas – ECP/AM, criada pela Lei nº. 3.452 de 10 de dezembro de 2009, destina-se ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como à realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados.

Tem a missão de impulsionar e desenvolver a função pedagógica do Tribunal de Contas, orientando seu quadro de servidores e jurisdicionados para prática de atos administrativos eficazes, através de programas de aperfeiçoamento e qualificação, e ainda, fortalecer a participação cidadã no processo fiscalizatório. As funções de Coordenador Geral da ECP são exercidas pelo Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, eleito para o Biênio 2012/2013.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 2º TRIMESTRE DE 2012

ATIVIDADES INSTRUTIVAS	
DATA/HORA	CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS
23 a 27/04/2012	1 – CURSO: ACP CAPTURA – Auditoria de Contas Públicas
8h às 12hn	Descrição sumária: Curso de atualização do ACP Captura, realizado na SETIN, tendo como instrutor o servidor Francisco Artur Melo. Ministrado a um total de 20 (vinte) servidores dos seguintes órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas: • SEAS (Secretaria Executiva de Estado da Assistência e Cidadania); • ICAM (Instituto de Saúde da Criança do Amazonas); • FRAINT; • FMDS (Fundação Municipal de Inclusão Sócioeducacional); • FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas) • Maternidade Ana Braga • SPA São Raimundo • Hospital Pronto Socorro 28 de agosto
7 a 11/05/2012	2 – CURSO: ACP CAPTURA – Auditoria de Contas Públicas



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

8h às 12h	Descrição sumária: Curso de atualização do ACP Captura, realizado na SETIN, tendo como instrutor o servidor Francisco Artur Melo. Ministrado a um total de 20 (vinte) servidores dos seguintes órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas: • FCCOM (Fundação Cecom); • POLICLÍNICA ZENO LANZINI; • TRIBUNAL DE JUSTIÇA; • GABINETE DO CONS. RAIMUNDO MICHILES • MANAUSTRANS • FAPEAM • MANAUSMED • HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO
18 a 22/06/2012	3 – CURSO: ACP CAPTURA – Auditoria de Contas Públicas
8h30min às 12h30min	Descrição sumária: Curso de atualização do ACP Captura, realizado na SETIN, tendo como instrutor o servidor Antônio Carlos. Ministrado a um total de 24 (vinte e quatro) servidores jurisdicionados dos seguintes órgãos jurisdicionados: • SECRETARIA DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO; • HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO • GABINETE DO CONS. RAIMUNDO MICHILES • SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS • COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO; • GABINETE CIVIL; • GABINETE MILITAR; • MANAUSMED • HEMOAM
28/05/2012 a 01/06/2012	4 – CURSO: LEGISLAÇÃO APLICADA A OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:
8h às 12h e 14h às 17h	Descrição sumária: Curso ministrado pelo instrutor André Pachioni Baeta, Auditor Federal de Controle Externo e instrutor do Instituto Serzedello Correa – TCU, no período de 28/05/12 a 01/06/12, com carga horária de 35h (trinta e cinco horas) para uma turma de 70 pessoas de órgãos jurisdicionados como SEINFRA, CGE, SEDUC, SUSAM, no auditório da SEINFRA.
16 a 17/05/12	5 – PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO:
8h às 12h	Descrição sumária: Processo seletivo destinado a preencher cadastro de reserva para estagiários nas áreas de Direito, Administração, Contabilidade, Engenharia Civil e Informática. As inscrições ocorreram no período de 16 de abril a 2 de maio e as provas no período de 16 e 17 de maio.
7 a 11/05/12	6 – II CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

8 às 12h e 14 às 17h	Descrição Sumária: Congresso oferecido pela Jam Jurídica no período de 7 a 11 de maio pelos seguintes instrutores: Angélica Guimarães, Anna Carla Duarte Chrispim, Cláudio Brandão De Oliveira, Cláudio Sarian Altounian, Daniela Campos Libório Di Sarno, Epitácio De Alencar E Silva Neto, Érico Xavier Desterro E Silva, Flávio Willeman, Lucilene Florêncio Viana, Rafael Carrera, Raquel Russo Mota, Rita Tourinho, Sérgio Jund, Tatiana Camarão, Min. Benjamin Zymler, Jair Santana.
25/06/2012	7 – SEMINÁRIO SOBRE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
8 às 17h	Descrição Sumária: Seminário realizado no auditório do TCE-AM no dia 25 de junho com a participação dos seguintes facilitadores: Dr. Marcos Siqueira, Dra. Cristina Martins, Dr. Hércio Tokeshi, Dr. Denisard Alves, Dr. Fernando Albino, Dr. Francisco Silva.
24 a 25/05/12	8 – CURSO DE APOSENTADORIA E PENSÃO
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso oferecido pela Jam Jurídica no período de 24 a 25 de maio tendo como facilitador o Dr. João Araújo Magalhães Filho contando com a participação de 25 servidores do Tribunal de Contas.
9 a 13/04/12	9 – MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Rosanila Pantoja no município de Coari para um total de aproximadamente 86 pessoas.
9 a 13/04/12	10 – MÓDULO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL E OFICINA TÉCNICA DE PROCESSO DOS RECURSOS PÚBLICOS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Oswaldo Demosthenes Lopes Junior no município de Itacoatiara para cerca de 50 pessoas.
9 a 13/04/12	11 – MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Madson Lino no município de Lábrea.
23 a 27/04/12	12 - MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

8 às 12 e 13h30 às 17h30	ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Rosanila Pantoja no município de Parintins para um total de aproximadamente 170 pessoas.
23 a 27/04/12	13 - APLICAÇÃO DE RECEITAS VINCULADAS A EDUCAÇÃO
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pelo instrutor Julio Alan no município de Presidente Figueiredo para cerca de 30 pessoas.
23 a 27/04/12	14 - MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pelo instrutor Maurinei Marcos dos Santos no município de Humaitá para cerca de 60 pessoas.
7 a 11/05/12	15 – MÓDULO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL E OFICINA TÉCNICA DE PROCESSO DOS RECURSOS PÚBLICOS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Oswaldo Demosthenes Lopes Junior no município de Tefé para cerca de 100 pessoas.
7 a 11/05/12	16 - MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Rosanila Pantoja no município de Manacapuru para um total de 77 pessoas.
7 a 11/05/12	17 - MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pela instrutora Natalie Filizola no município de Eirunepé.
21 a 25/05/12	18 – MÓDULO DE REDAÇÃO FUNCIONAL – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pela instrutor Felipe Bringel no município de Tabatinga para um total de 89 pessoas.
21 a 25/05/12	19 - MÓDULO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL E OFICINA TÉCNICA DE PROCESSO DOS RECURSOS PÚBLICOS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Oswaldo Demosthenes Lopes Junior no município de Fonte Boa.
21 a 25/05/12	20 - MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Rosanila Pantoja no município de São Gabriel.
11 a 15/06/12	21 - MÓDULO DE REDAÇÃO FUNCIONAL – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na segunda etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Wladimir José Araújo no município de Coari para um total de 68 pessoas.
11 a 15/06/12	22 - MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na segunda etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Madson Lino no município de Itacoatiara para cerca de 35 pessoas.
11 a 15/06/12	23 - MÓDULO DE REDAÇÃO FUNCIONAL – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na segunda etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Sérgio Augusto Meleiro da Silva no município de Lábrea.
18 a 22/06/12	24 - APLICAÇÃO DE RECEITAS VINCULADAS A EDUCAÇÃO
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na segunda etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Jeanne no município de Tefé para cerca de 110 pessoas.
18 a 22/06/12	25 - MÓDULO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E OFICINA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL, SIMULAÇÃO DE PREGÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Cursos realizados na primeira etapa de capacitação do PCJAM, ministrado pela instrutora Rosanila Pantoja no município de Manacapuru para um total de 52 pessoas.
18 a 22/06/12	26 - MÓDULO DE REDAÇÃO FUNCIONAL – PCJAM
8 às 12 e 13h30 às 17h30	Descrição Sumária: Curso realizado na segunda etapa de capacitação do PCJAM ministrado pelo instrutor Wladimir José Araújo no município de Humaitá.



11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Geral de Administração (SEGER), subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal, tem por finalidade:

- *dar apoio administrativo à Direção-Geral, ao Corpo Deliberativo e ao Ministério Público;*
- *planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessários ao funcionamento do Tribunal.*

A Secretaria Geral de Administração é dirigida por um Secretário-Geral, bacharel em Direito, Contabilidade, Administração ou Economia, de livre nomeação do Presidente do Tribunal e constituída das seguintes Diretorias, Departamentos e Comissões:

I – Diretoria de Recursos Humanos - DRH, composta por:

- a) Departamento de Gestão Estratégica – DEGESP*
- b) Departamento de Pessoal e Documentação – DEPED, que por sua vez é composta pela Divisão de Preparação de Folha – DIPREFO e pela Divisão de Registro de Pessoal – DIREG*
- c) Divisão de Serviços da Saúde – DISA*
- d) Divisão de Serviços Odontológicos – DIDONT*
- e) Divisão de Assistência Social - DIAS*

II – Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira, composta por:

- a) Divisão de Finanças – DIFIN*
- b) Divisão de Execução Orçamentária – DIEZO*

III – Diretoria de Administração Interna – DAÍ, composta por:

- a) Divisão de Expediente e Protocolo – DIEPRO*
- b) Divisão de Material – DIMAT*
- c) Divisão de Patrimônio – DIPAT*
- d) Divisão de Arquivo – DIARQ*
- e) Divisão de Manutenção – DIMAN*
- f) Divisão de Biblioteca e Documentação - DIDOC*

VI – Comissão Permanente de Licitação:



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEGER 2º TRIMESTRE – 2012

MOVIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	62
OFÍCIOS RECEBIDOS	36
MEMORANDOS EXPEDIDOS	15
MEMORANDOS RECEBIDOS	285
MEMORANDO CIRCULAR EXPEDIDO	2
OFÍCIO CIRCULAR EXPEDIDO	-
REQUERIMENTOS RECEBIDOS	534
DOCUMENTOS DIVERSOS	28
DESPACHOS DE VIAGEM	79
DESPACHOS DE ADIANTAMENTO	57
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS RECEBIDOS	2
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS EXPEDIDOS	25
INFORMAÇÃO RECEBIDA	-
TOTAL	1.125

MOVIMENTAÇÕES DIVERSAS	
DESPACHOS DE HOMOLOGAÇÃO	5
DESPACHOS DE INEXIBILIDADE	50
DISPENSA DE LICITAÇÃO	1
EXTRATO TERMO DE CONTRATO	7
AVISOS DE LICITAÇÃO/PREGÃO	10
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO	13
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO	1
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO	3
DESPACHO DE DECISÃO	4
PORTARIAS DA SEGER	32
TOTAL	126

Fonte: SEGER



12. CONTROLE INTERNO

A Diretoria de Controle Interno (DCOI) é subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal com suporte administrativo da Secretaria Geral de Administração (SEGER), tendo por finalidade:

- I - acompanhar a execução do orçamento do Tribunal em todos os aspectos e fases de realização da despesa;*
- II - desempenhar atividades de controle e proteção do seu patrimônio;*
- III - acompanhar e verificar a comprovação da legalidade e da regularidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal;*
- IV - executar todos os procedimentos pertinentes às funções de auditoria interna;*
- V - representar ao Presidente do Tribunal, em caso de ilegalidade ou irregularidade que constatar;*
- VI - analisar os documentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis e emitir parecer sobre as contas anuais e as operações do Tribunal;*
- VII - examinar e verificar as movimentações de recursos e a regular guarda de bens e valores do Tribunal;*
- VIII - receber ou tomar as contas dos responsáveis pelo almoxarifado e pelos adiantamentos dados pelo Tribunal;*
- IX - desempenhar outras funções determinadas, no âmbito de sua competência, pelo Presidente ou pelo Tribunal Pleno.*



13. CONTROLE EXTERNO

A Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX) é a unidade básica incumbida do planejamento e execução das atividades de controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado e tem por finalidade planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades técnicas executivas e de apoio técnico, representada pelas suas Secretarias e Departamento, necessárias ao desempenho das atribuições de controle e fiscalização, e é composta, naquilo que pertine a atividade fim do TCE, das seguintes Secretarias:

- *Diretoria de Controle Externo de Administração Direta Estadual – DCAD;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual - DCAI;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração do Município de Manaus – DCAMM;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior – DCAMI;*
- *Diretoria de Controle Externo de Admissões, Aposentadorias e Pensões – DCAP;*
- *Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DCOP;*
- *Departamento de Análise e Transferências Voluntárias – DEATV;*
- *Departamento de Auditoria Operacional – DEAOP;*
- *Departamento de Auditoria Ambiental – DEAMB.*

Os Quadros a seguir demonstram as Atividades da SECEX, através de suas Secretarias.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

MOVIMENTO PROCESSUAL - SECEX / 2º TRIMESTRE 2012				
NATUREZA	PROCESSOS DO TRIMESTRE ANTERIOR (MARÇO 2012)	ENTRADA	SAÍDA	PROCESSOS PARA O TRIMESTRE MÊS SEGUINTE
Aposentadoria	0	178	10	168
Inspeção Extraordinária	0	3	1	2
Processo Administrativo	0	2	2	0
Contrato	0	2	2	0
Projeto de Resolução	0	2	1	1
Informação	0	1	1	0
Pensão	0	2	2	0
Aditivo Contrato	0	6	6	0
Convênio	0	3	3	0
Relatório Resumido	0	14	14	0
Prestação Contas Anual	0	5	5	0
Termo de Denúncia	0	4	4	0
Solicitação	0	3	3	0
Denúncia	0	1	1	0
Recurso	0	2		2
Prestação Contas Convênio	0	2	2	0
TOTAL	0	230	57	173

Fonte: SECEX

RESUMO DO MOVIMENTO DE EXPEDIENTES ÁREA MEIO - SECEX 2º TRIMESTRE 2012				
NATUREZA	RECEBIDOS	DESPACHADOS	EXPEDIDOS	PRODUÇÃO TOTAL
Memorando	227	194	40	234
Memorando Circular	4	4	10	14
Ofícios Diversos	95	80	73	153
Ofícios Circular	3	3	3	6
Outros	20	17	36	53
Informação Expediente	21	20	0	20
Requerimento	62	59	0	59
Relatório	1	1	3	4
Exposição de Motivos	19	18	-	18
Pedido de Adiantamento	-	-	45	45
Procedimentos	6	6	-	6
Despacho	3	3	12	15
Portaria de Insp. Ord.	-	-	83	83
Portaria de Insp. Extra.	-	-	1	1
Ata	6	6	-	6
Ofícios Insp. Ordinária	-	-	188	188
Notificação	-	-	30	30
TOTAL	467	411	524	935



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE

**CONTROLE DE DESEMPENHO DAS UNIDADES INTERNAS DA SECEX
2º TRIMESTRE**

	QTD. JURISDICIONADOS	INSPEÇÕES REALIZADAS	RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO
DCAD	95	29	5
DCAI	33	4	0
DCAMM	50	18	0
DCAMI	159	91	0
DCAP	109	0	0
DCOP	34	37	0
DEATV	78	0	0
TOTAL	558	179	5

Fonte: SECEX

MOVIMENTO PROCESSUAL				
SETOR	TRIMESTRE ANTERIOR	ENTRADA	SAÍDA	TRIMESTRE SEGUINTE
SECEX	0	230	57	173
DCAD	322	308	255	375
DCAI	52	93	68	77
DCAMI	334	917	735	516
DCAMM	101	179	123	157
DCAP	3190	1725	1920	2995
DCOP	1093	234	208	1119
DEATV	5615	645	214	6046
TOTAL	10707	4331	3580	11458

PRODUÇÃO EXPEDIENTE							
DOCUMENTO	DCAI	DCAD	DCAMI	DCAMM	DCAP	DCOP	DEATV
NOTIFICAÇÃO	23	54	102	45	160	29	73
INFORMAÇÃO	26	30	158	31	203	23	58
DESPACHO	1	65	136	15	-	-	-
RELATÓRIO	2	12	41	4	-	5	-
LAUDO	11	38	69	20	726	6	42
OFÍCIO	24	66	90	69	46	32	46
MEMORANDO	55	87	119	80	4	157	26
OUTROS	4	3	40	8	11	3	-
TOTAL	146	355	755	272	1150	255	245

Fonte: SECEX



14. ARQUIVAMENTO

Para melhor esclarecer a quantidade de processos arquivados pela DIARQ, apresentamos um quadro comparativo com o número de autuações realizadas pela DIEPRO, nos termos a seguir:

- ✓ No 2º trimestre de 2012, foram autuados **1.986** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa. Neste mesmo período foram arquivados **1.373** processos, conforme o quadro abaixo:

DIARQ	Movimentação	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
	Total de Processos Arquivados	616	554	203	1.373
	Total de Processos Requisitados	48	84	41	173
	Total de Consultas no Arquivo	2.615	2.600	2.161	7.376



15. CONCLUSÃO

Este Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresentado em nova estrutura, objetivou, principalmente, dar transparência às ações desta Corte de Contas aos jurisdicionados e à sociedade como um todo.

Tal prática propicia, ainda, ao corpo diretivo, através dos dados e informações reunidos neste relatório, a avaliação interna das atividades e a produtividade dos diversos setores que compõe a estrutura deste órgão, possibilitando, assim, o aprimoramento dos serviços prestados.

Diante do exposto e do apresentado, resta claro que o TCE/AM avança mais um passo na melhoria no desempenho de suas funções visando, primordialmente, a qualidade na defesa do interesse público.

